


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005177-03.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SALVADOR JOSÉ BELIZARIO DE ANDRADE**
 Requerido: **MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETR LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré em restituir-lhe o valor pago por uma parelho celular que adquiriu e que, após apresentar vício, não retornou da assistência técnica.

O documento de fl. 02 demonstra a aquisição alegada pelo autor, ao passo que o documento de fl. 10 patenteia o envio do mesmo à assistência técnica em 06 de abril p.p.

Como a ação foi ajuizada em 12 de junho, fica evidente o transcurso do prazo de trinta dias que havia para a reparação do objeto sem que isso tivesse sucedido.

O argumento extraído da contestação, no sentido de que o aparelho já consertado estaria à disposição do autor, antes da propositura da ação, não beneficia a ré, seja porque não há um único indício que ao menos confira

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

verossimilhança a tanto, seja porque ainda que correspondesse à verdade ele não teria o condão de apagar o descumprimento da regra temporal estabelecida no art. 18, § 1º, do CDC.

Cumpre registrar que tocava à ré a demonstração a propósito dessa matéria, por força do que dispõe o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Dessa forma, sob qualquer ângulo de análise a conclusão é a de que a pretensão deduzida prospera, configurada a responsabilidade da ré na esteira do art. 18, § 1º, incs. I e II, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a pagar aos autor a quantia de R\$ 1.093,02, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2016 (época da realização da compra), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA